

CONTRATO Nº 011-2025/P

CBTU

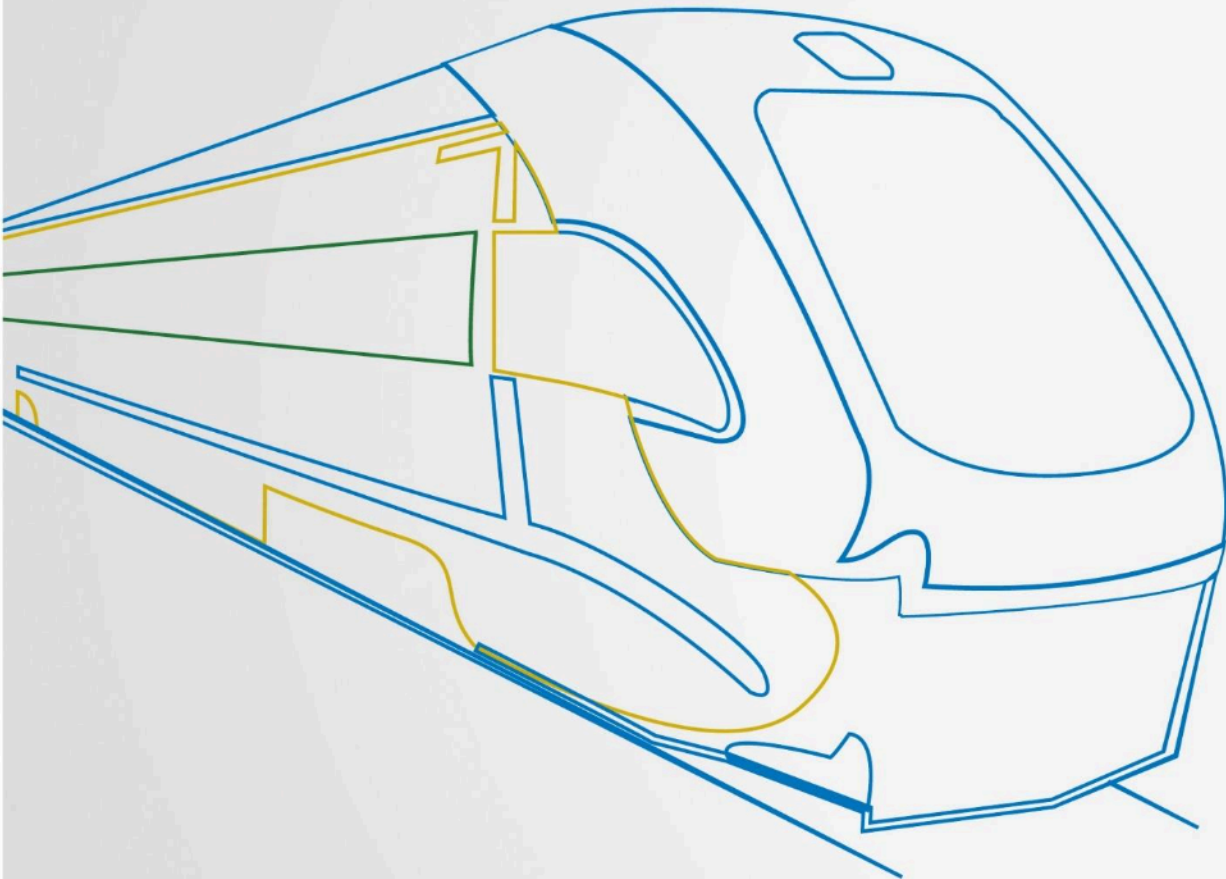
COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS

URBANOS

&

RAITAI CENTRO OESTE PROD. FOTOGRÁFICO

LTDA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS





CONTRATANTE: COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS - CBTU

CONTRATADA: RAITAI CENTRO OESTE PROD. FOTOG. LTDA

CLÁUSULAS CONTRATUAIS

CLÁUSULA PRIMEIRA:	- OBJETO
CLÁUSULA SEGUNDA:	- PRAZO DE VIGÊNCIA
CLÁUSULA TERCEIRA:	- INÍCIO DO FORNECIMENTO
CLÁUSULA QUARTA:	- FORMA DO RECEBIMENTO
CLÁUSULA QUINTA:	- RECEBIMENTO DO OBJETO
CLÁUSULA SEXTA:	- VALOR DO CONTRATO
CLÁUSULA SÉTIMA:	- FORMA DE PAGAMENTO
CLÁUSULA OITAVA:	- DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA
CLÁUSULA NONA:	- REAJUSTE – NÃO APLIVÁVEL
CLÁUSULA DÉCIMA:	- GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA DO MATERIAL
CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA:	- OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA
CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA:	- OBRIGAÇÕES DA CBTU
CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA:	- TRIBUTOS
CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA:	- EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA:	- GESTÃO E FISCALIZAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA:	- SUBCONTRATAÇÃO
CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA:	- SIGILO
CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA:	- CESSÃO DO CONTRATO
CLÁUSULA DÉCIMA NONA:	- ALTERAÇÃO CONTRATUAL
CLÁUSULA VIGÉSIMA:	- SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA:	- EXTINÇÃO E RESCISÃO
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA:	- RECURSO ADMINISTRATIVO
CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA:	- COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA:	- ANEXOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA:	- CASOS OMISSOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA:	- PROTEÇÃO DE DADOS
CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA:	- DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS
CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA:	- MATRIZ DE RISCO E RESPONSABILIDADES
CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA:	- SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL
CLÁUSULA TRIGÉSIMA:	- PUBLICAÇÃO
CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA:	- DIPOSIÇÕES GERAIS
CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA:	- FORO



Contrato de Aquisição Material fotográfico que entre si celebram, de um lado a **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU** e do outro, **RAITAI CENTRO OESTE PROD. FOTOG. LTDA**, na forma abaixo:

PREÂMBULO

A **COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU**, inscrita no CNPJ-ME sob o nº 42.357.483/0001-26, com sede no Setor Bancário Norte- SBN, quadra 01, bloco B, nº 14, Edifício CNC, 9º ao 13º andar, Asa Norte, em Brasília - DF, CEP: 70.041-902, doravante denominada CBTU, neste ato representada por seu Diretor Presidente Sr. **JOSÉ MARQUES DE LIMA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] expedida pela SSP/PE, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e por seu Diretor de Planejamento e Relações Institucionais **EDUARDO OLIVEIRA COIMBRA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF nº [REDACTED] e a empresa **RAITAI CENTRO OESTE PROD. FOTOG. LTDA**, inscrita no CNPJ-ME sob o nº 10.278.271/0001-67 com sede na QNA 02 Lote 10 / Taguatinga Norte-DF CEP: 72.110-020, doravante denominada **CONTRATADA** neste ato representada pelo seu **EDNALDO PEREIRA DE SOUZA**, portador da Carteira de Identidade nº [REDACTED] expedida pela SSP/DF, inscrito no CPF/ME sob o nº [REDACTED] e por vem celebrar o presente Termo de Contrato, em decorrência da **Dispensa de Licitação nº04/2025/GALIC/CBTU**, Processo Administrativo **PROT nº 3091/2025**, e em observância às disposições da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, do Decreto nº 8.538, de 6 de outubro de 2015, da Instrução Normativa SEGES/ME nº 65/2021 e alterações posteriores, do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da CBTU – RILC/CBTU e dos preceitos de direito privado, bem como em harmonia com os princípios constitucionais, princípios da Administração Pública, disposições do Tribunal de Contas da União e pelas Cláusulas e Condições a seguir enunciadas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto **aquisição de equipamento de comunicação áudio visual como câmeras fotográficas e acessórios para atender as necessidades gerência técnica de Comunicação Institucional (GECIN) da Administração Central da Companhia Brasileira de Trens Urbanos**, conforme especificações constantes do Termo de Referência, que é parte integrante deste instrumento – Anexo I.



1.2. Integram, ainda, o presente contrato a proposta apresentada pela **CONTRATADA** – Anexo II, e o Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf; independentes de transcrição.

1.3. Em caso de divergência ou contradição entre as disposições dos documentos mencionados nos itens anteriores e as deste contrato, prevalecerão as regras contidas no Termo de Referência.

1.4. O regime de execução será empreitada por preço global.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados a partir da data da sua assinatura.

2.2. O presente contrato poderá ser prorrogado por interesse das partes nos termos do art. 71, da Lei nº 13.303/2016 e do art. 233, do RILC/CBTU, até o limite de 05 (cinco) anos, mediante celebração de Termo Aditivo.

2.3. A **CONTRATADA** não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

2.4. Durante toda a execução deste contrato a **CONTRATADA** se compromete a observar, integralmente, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU.

2.5. Para efeito de cumprimento da regra supracitada, os documentos referidos no item anterior se encontram disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos, facultando-se à **CONTRATADA**, ainda, solicitar formalmente cópia daqueles ao gestor deste instrumento:

2.5.1. Código de Ética:

<https://www.cbtu.gov.br/images/home/acbtu/codigodeeticacbtu190918.pdf>;

2.5.2. Código de Conduta e Integridade: https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/codigo_de_conduta_e_integridade.pdf; e

2.5.3. Política de Transações com Partes Relacionadas:

https://www.cbtu.gov.br/images/gagov/politica_de_transacoes_com_partes_relacionadas.pdf.

3. CLÁUSULA TERCEIRA – INÍCIO DO FORNECIMENTO

3.1. O prazo para início do fornecimento iniciar-se-á mediante a emissão pela **CBTU** da 1ª Ordem de Execução (OEX) e o aceite do referido documento pela **CONTRATADA**.



3.1.1. O prazo de execução será de 30 (trinta) dias após a data de assinatura da Ordem de Execução expedida pela **CBTU**.

3.2. Será emitida uma Ordem de Execução (OEX) para cada exercício fiscal.

3.3. O prazo previsto no item 3.1, da Cláusula Terceira poderá ser suspenso, por acordo entre as partes, desde que ocorra motivo imperioso e extraordinário, devidamente justificado e comprovado, fato que ensejará a suspensão da execução do contrato enquanto perdurarem os motivos relevantes.

3.3.1. Também será permitida a suspensão do contrato por motivo de força maior devidamente comprovada.

3.4. Além das hipóteses previstas no item anterior, este contrato poderá ser suspenso no caso de indisponibilidade de limite de empenho ou de limite financeiro decorrente de contingenciamento do orçamento fiscal da União.

3.4.1. Neste caso a **CBTU** deverá notificar formalmente a **CONTRATADA** acerca da suspensão, com **antecedência mínima de 30 (trinta) dias**.

3.5. A suspensão será formalizada através de **Termo Aditivo**, onde será definida, sempre que possível, a expectativa de prazo para o reinício da execução, sendo recomendável a elaboração de cronograma de execução.

3.6. Nestes casos a **CBTU** atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período de tempo de suspensão.

4. CLÁUSULA QUARTA – FORMA DE FORNECIMENTO

4.1. O objeto contratual será fornecido conforme especificações e detalhes que constam do Termo de Referência, ANEXO I do presente Contrato.

4.2. No fornecimento, a **CONTRATADA** se compromete a cumprir as normas e especificações vigentes, observando os procedimentos técnicos mais avançados.

4.3. Reserva-se à **CBTU** o direito de estabelecer normas e instruções complementares visando a melhor forma de fornecimento.

5. CLÁUSULA QUINTA – RECEBIMENTO DO OBJETO

5.1. O recebimento do objeto contratual será feito pela **CBTU**, da seguinte forma:



5.1.1. A **CONTRATANTE** receberá definitivamente o objeto no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis contados da entrega no local indicado no Termo de Referência e após a verificação do atendimento às especificações ora apresentadas, com fiscal preposto da **CONTRATANTE** atestando a Nota Fiscal relacionada.

5.1.2. Se o objeto não estiver de acordo com a especificação ou demais condições constantes no Termo de Referência, a **CBTU** notificará o fornecedor para correção de inconsistências, sem ônus adicional para a **CONTRATANTE**.

5.1.3. O reparo de quais quer danos ou avarias decorrentes da inadequação dos procedimentos adotados, ou outros quaisquer relacionados ao embarque, transporte ou desembarque do objeto e de seus componentes, será de responsabilidade exclusiva da **CONTRATADA**;

5.1.4. O prazo máximo para resolução de inconsistência proveniente do serviço prestado pela **CONTRATADA** será de 30 (trinta) dias úteis, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente pela **CONTRATANTE**;

5.1.5. A **CONTRATADA** será responsável pela contratação, movimentação, expedição e transporte do objeto e de seus componentes, em suas perfeitas condições operacionais, das suas instalações ou de seus subfornecedores até o local de entrega definido pela **CONTRATANTE**.

5.2. O descarregamento do produto ficará a cargo do fornecedor, devendo ser providenciada a mão de obra necessária.

5.3. Nos casos em que dispensado o recebimento provisório, previstos no art. 226, do RILC/CBTU, o recebimento se dará definitivamente, pelo gestor do contrato, uma vez verificado que o objeto contratual está em conformidade com as exigências do contrato, do termo de referência e da proposta apresentada pela **CONTRATADA**.

5.3.1. Na hipótese desse item, o recebimento será feito mediante recibo.

5.4. O objeto não será recebido se fornecido em desacordo com o contrato, o Termo de Referência e/ou a proposta apresentada pela **CONTRATADA**, sujeitando-a, neste caso às penalidades previstas neste contrato e no RILC/CBTU.

5.5. O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade civil, principalmente quanto à solidez e segurança do serviço, nem ético profissional pela perfeita execução nos limites estabelecidos pelo Código Civil Brasileiro e por este contrato.



5.6. Nos casos devidamente justificados, os prazos para recebimento provisório e definitivo poderão ser prorrogados mediante autorização da autoridade competente, formalizada através de Termo Aditivo, desde que celebrado anteriormente ao término da vigência contratual.

5.7. Conforme disciplinado nos artigos 12 a 17 da Lei n.º 8.078/90 CDC, o aceite/aprovação do(s) produto(s) pela **CONTRATANTE** não exclui a responsabilidade civil do fornecedor por vícios de quantidade ou qualidade do(s) produto(s) ou disparidades com as especificações estabelecidas, verificadas, posteriormente, garantindo-se a **CBTU** as faculdades previstas no art. 18 da mesma lei.

6. CLÁUSULA SEXTA – VALOR DO CONTRATO

6.1. Pela aquisição, objeto do presente Contrato, a **CBTU** pagará à **CONTRATADA** o valor global de **R\$ 66.175,00(sessenta e seis mil cento e setenta e cinco reais)**.

6.2. No valor total previsto acima estão incluídas todas as despesas diretas e indiretas, necessárias à completa aquisição do objeto contratado, além das despesas relativas ao apoio administrativo, escritórios, encargos relativos às leis sociais e trabalhistas, seguros, taxas, licenças e tributos de qualquer natureza, que incidam ou venham a incidir sobre o Contrato ou sobre o seu objeto, indispensáveis ao cumprimento integral do objeto da contratação.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – FORMA DE PAGAMENTO

7.1 O pagamento será efetuado até o 30º (trigésimo) dia seguinte ao da apresentação e aceitação dos documentos de cobrança, que deverão ser enviados ao protocolo da **CBTU**, cujo endereço será fornecido pela gestão/fiscalização do contrato, desde que haja a devida atestação pelos Srs. Gestor e Fiscal do contrato.

7.2. Os documentos de cobrança enviados à **CBTU** pela **CONTRATADA** deverão ser encaminhados, **obrigatoriamente**, por intermédio do formulário PROPAG – Processo de Aprovação e de Pagamento de Documento de Cobrança.

7.3. Deverá ser apresentada, sob pena de não pagamento, a seguinte documentação pela **CONTRATADA**:

7.3.1. Nota fiscal/fatura devidamente atestada pela gestão/fiscalização do contrato;

7.3.2. Prova de regularidade para com a Fazenda Federal, na forma da lei; e

7.3.3. Prova de regularidade com o Sistema da Seguridade Social, relativa ao INSS e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS, na forma da lei.



7.4. No caso de contratos com pagamentos por etapas, a **CONTRATADA** poderá apresentar os documentos de cobrança à **CBTU** tão logo ocorra a atestação pela fiscalização/gestão do cumprimento das etapas contratuais previstas.

7.5. Na hipótese de ocorrer algum tipo de irregularidade nos documentos de cobrança emitidos, a **CBTU** notificará por escrito à **CONTRATADA** para que sejam procedidas as devidas correções. Caso o problema seja detectado nos 5 (cinco) primeiros dias úteis após a entrega da fatura pela **CONTRATADA**, a contagem do prazo de pagamento será reiniciada após a entrega dos documentos corrigidos. Por outro lado, se a **CBTU** perceber algum erro após o 5º (quinto) dia útil da entrega dos referidos documentos, a contagem de tempo para pagamento será interrompida, reiniciando a sua contagem quando do recebimento no protocolo da **CBTU** dos documentos corrigidos.

7.5.1. Na hipótese do item acima, a documentação corrigida poderá ser entregue diretamente à gestão/fiscalização do contrato, desde que possível a efetiva comprovação da data do recebimento.

7.6. Do valor das faturas a serem pagos serão deduzidos/retidos os encargos fiscais e previdenciários cabíveis, de acordo com a legislação e as normas internas pertinentes.

7.7. No caso de eventuais atrasos de pagamento de obrigações contratuais, incidirão sobre os valores devidos juros moratórios simples de 6% (seis por cento) ao ano, ou seja 0,5% (cinco décimos por cento) ao mês, “pro rata die”, desde a data do vencimento da obrigação até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

7.8. A atualização monetária por eventuais atrasos de pagamento das obrigações contratuais será calculada com base na variação do IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, “pro rata die”, desde a data do vencimento até a data do efetivo pagamento da obrigação principal.

7.9. No caso da documentação apresentar alguma irregularidade, será considerada para aplicação do disposto nos itens 7.7 e 7.8 a data do recebimento da documentação devidamente regularizada na **CBTU**.

8. CLÁUSULA OITAVA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

8.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista para o exercício de **2025**, conforme classificação abaixo:

- a) Programa de Trabalho: 15.453.0032.2843.0001
- b) Elemento de Despesa: 449052
- c) Plano Interno: A1DECI06



d) Categoria Econômica: Investimento

e) Nota de Empenho: 2025NE001692, data 22/09/2025.

8.2. A despesa para os exercícios subsequentes, quando for o caso, será alocada à dotação orçamentária prevista para atendimento dessa finalidade, a ser consignada a **CBTU**, pela Lei Orçamentária Anual.

9. CLÁUSULA NONA – REAJUSTE

9.1. Os preços são fixos e irrevogáveis.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO E GARANTIA DOS SERVIÇOS

10.1. A **CONTRATADA** prestará garantia correspondente ao percentual de **0% (zero por cento)** do valor total do contrato, podendo, nos termos do parágrafo primeiro, do art. 70, da Lei nº 13.303/2016, optar pelas modalidades relacionadas abaixo:

10.1.1. **Caução em dinheiro:** deverá ser depositada na Caixa Econômica Federal – CEF, em conta específica com correção monetária, em favor da **CBTU**, conforme orientação da gestão do contrato;

10.1.2. **Seguro-garantia:** a apólice de seguro deverá ser emitida por instituição autorizada pela Superintendência de Seguros Privados – SUSEP, a operar no mercado securitário;

10.1.3. **Fiança bancária:** a Carta de Fiança deverá ser emitida por instituição financeira autorizada pelo Banco Central do Brasil – BACEN, a funcionar no Brasil.

10.2. A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CBTU** o comprovante de prestação da garantia, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da data do protocolo de entrega da via do contrato assinado.

10.2.1. A **CONTRATADA** poderá solicitar por escrito, com as devidas justificativas, antes do término do prazo acima mencionado, a prorrogação do prazo para a apresentação da garantia, por igual período, por uma única vez, cujo deferimento ficará a critério da **CBTU**, mediante anuência da gestão do contrato.

10.3. A garantia prestada assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:

10.3.1. prejuízos advindos pelo descumprimento do objeto do contrato e/ou do inadimplemento das demais obrigações nele previstas;

10.3.2. prejuízos causados à administração, decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;

10.3.3. as multas sancionatórias aplicadas pela **CBTU** à **CONTRATADA**; e



10.3.4. obrigações trabalhistas e previdenciárias de qualquer natureza não cumpridas pela **CONTRATADA**.

10.4. Não serão aceitas garantias na modalidade **seguro-garantia** em cujos termos não constem expressamente os eventos indicados nos subitens 10.3.1 a 10.3.4, do item anterior.

10.5. Na hipótese de a garantia se consolidar por meio de **seguro-garantia** ou **fiança bancária**, estes deverão ter validade de, no mínimo, 90 (noventa) dias além do vencimento do prazo contratual, quando então o instrumento será devolvido à **CONTRATADA** após a verificação do cumprimento de todas as obrigações contratuais e emissão do Termo de Encerramento do Contrato.

10.6. Quando a garantia se consolidar através de **seguro-garantia**, a **CONTRATADA** deverá comprovar o pagamento integral do prêmio.

10.6.1. A apólice de seguro deverá prever expressamente a responsabilidade da seguradora por todas e quaisquer multas de caráter sancionatório aplicadas à **CONTRATADA**.

10.7. A **CBTU** oferecerá modelo de **Carta de Fiança**, onde constará a renúncia expressa do fiador ao benefício de ordem previsto no art. 827, nos termos do inciso I, do art. 828, ambos do Código Civil Brasileiro.

10.7.1. À garantia prestada mediante fiança bancária aplica-se, ainda, as regras previstas nos artigos 835 a 839, do Código Civil Brasileiro.

10.8. A inobservância do prazo fixado para apresentação da garantia, previsto no item 10.2 desta Cláusula, acarretará a aplicação de multa de 0,2% (dois décimos por cento) do valor total do contrato, por dia de atraso, até o limite máximo de 5% (cinco por cento).

10.9. O atraso superior a 30 (trinta) dias autoriza a **CBTU** a promover a rescisão do contrato, por descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas deste contrato, nos termos do art. 68, inciso VII, da Lei nº 13.303/2016 e dos artigos 239 e 240, I, do RILC/CBTU.

10.10. Em caso de alteração do valor contratual, prorrogação do prazo de vigência, utilização total ou parcial da garantia pela **CBTU** ou, ainda, em outras situações que impliquem em perda ou insuficiência da garantia, a **CONTRATADA** deverá providenciar a complementação ou substituição da garantia prestada no prazo determinado pela **CBTU**, observadas as condições originais para aceitação da garantia estipuladas nesta Cláusula.

10.11. O garantidor deverá declarar expressamente que tem plena ciência dos termos do Termo de Referência e das cláusulas contratuais.



10.12. Será considerada extinta a garantia:

10.12.1. Com a devolução da apólice, carta fiança ou autorização para o levantamento da importância em dinheiro depositada a título de garantia, acompanhada de declaração da **CBTU**;

10.12.2. No prazo de 90 (noventa) dias após o término da vigência, caso a **CBTU** não comunique a ocorrência de sinistros.

10.12.3. Em ambos os casos previstos nos subitens anteriores, deverá ser emitido pela **CBTU** o Termo de Encerramento, cientificando que a **CONTRATADA** cumpriu todas as cláusulas do contrato.

10.12.4. A extinção da garantia na modalidade seguro-garantia observará a regulamentação da SUSEP.

10.13. A **CBTU** não executará a garantia na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

10.13.1. Caso fortuito ou força maior;

10.13.2. Alteração, sem prévio conhecimento da seguradora ou do fiador;

10.13.3. Descumprimento das obrigações pela **CONTRATADA** decorrentes de atos ou fatos praticados pela **CBTU**;

10.13.4. Atos ilícitos dolosos praticados pelos empregados da **CBTU**.

10.14. Caberá a própria **CBTU** apurar a isenção da responsabilidade prevista nos subitens 10.13.3 e 10.13.4 desta Cláusula, não sendo a entidade garantidora parte no processo instaurado pela **CBTU**.

10.15. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as previstas no item 10.13 desta Cláusula.

10.16. A **CBTU** executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.

10.16.1. O emitente da garantia ofertada pela **CONTRATADA** deverá ser notificado pela **CBTU** quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

10.16.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.

10.17. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da **CBTU** e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.



10.18. A **CBTU** deverá apurar se há alguma pendência contratual antes do término da vigência da apólice.

10.19. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pela **CBTU** com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções à **CONTRATADA**.

10. 20 DA GARANTIA DOS FORNECIMENTOS

10.21. A **CONTRATADA** deverá contemplar rigorosamente a garantia dos serviços executados, nos termos e no prazo da garantia mínima legal pertinente, a contar do seu recebimento definitivo, conforme disposições da Lei nº8.078 de 11/09/1990 (Código de Defesa do Consumidor).

10.22 Deverão ser informados todos os componentes relevantes aos produtos ofertados com seus respectivos códigos do fabricante (marca, modelo, fabricante), descrição e quantidades, permitindo assim a identificação clara e objetiva destes.

10.23 O prazo de garantia técnica deverá ser igual ou superior a 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo.

10.24 O prazo de atendimento, na vigência da garantia técnica, será de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do chamado, caso seja diagnosticado defeito/falha em algum dos componentes dessa contratação.

10.25 A ação corretiva exigida é aquela destinada a sanar os defeitos apresentados pelos equipamentos fornecidos, compreendendo a substituição se for necessário.

10.26. A aceitação pela **CBTU** de qual quer material ou serviço não exime a **CONTRATADA** de plena responsabilidade de todas as garantias estabelecidas, sendo ainda (a garantia) independente de todo e qualquer resultado de corrente dos ensaios realizados.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

11.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do termo de referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CONTRATADA** o cumprimento das seguintes obrigações:

11.1.1. Manter, durante a vigência deste contrato, todas as condições de habilitação exigidas quando da contratação, devendo proceder com a comprovação sendo que solicitado pela **CBTU**;

11.1.2. Comunicar a imposição de penalidade que acarrete o impedimento de licitar e contratar com a **CBTU**, nos termos da Lei nº 13.303/2016;

11.1.3. Cumprir, dentro dos prazos estipulados, as obrigações contratuais assumidas;



11.1.4. Respeitar as normas e procedimentos internos da **CBTU**, inclusive os relativos ao acesso às dependências da Companhia, visando à perfeita execução do objeto deste contrato, apresentando as informações solicitadas e os documentos comprobatórios do adequado cumprimento das obrigações contratuais.

11.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções.

11.2. São expressamente vedadas à **CONTRATADA**:

11.2.1. A veiculação de publicidade acerca deste contrato, salvo se houver prévia autorização da **CBTU**;

11.2.2. Ceder ou transferir a terceiros o presente Contrato, no todo ou em parte, sem prévio e expresso consentimento da **CBTU**.

11.3. A **CONTRATADA** deverá observar, integralmente, durante toda a execução deste instrumento, os dispositivos previstos no Código de Ética, no Código de Conduta e Integridade e na Política de Transações com Partes Relacionadas, todos elaborados pela **CBTU**.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – OBRIGAÇÕES DA CBTU

12.1. Além das obrigações constantes das demais cláusulas contratuais, do Termo de Referência e da proposta, partes integrantes deste termo de contrato, independente de transcrição, cabe à **CBTU**:

12.1.1. Fornecer todas as informações, esclarecimentos e documentos necessários à **CONTRATADA** para a perfeita execução do contrato;

12.1.2. Realizar o recebimento do objeto contratual, quando o mesmo estiver em conformidade com as especificações constantes deste contrato e do termo de referência;

12.1.3. Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;

12.1.4. Fornecer condições adequadas para instalação dos equipamentos, quando for o caso;

12.1.5. Aplicar à **CONTRATADA** as penalidades contratuais e legais cabíveis, mediante procedimento administrativo, assegurados o contraditório e a ampla defesa;

12.1.6. Expedir após vencido o prazo do Contrato, Termo de Quitação Recíproca, a ser assinado pelas partes, desde que não existam pendências físicas e/ou financeiras no Contrato.



12.1.7. Cumprir, também, as responsabilidades constantes do Termo de Referência, ANEXO I.

12.1.8. Indicar os empregados para a gestão e fiscalização do contrato.

12.2. A **CBTU** deverá disponibilizar à **CONTRATADA**, através do gestor deste contrato, seu Código de Ética, seu Código de Conduta e Integridade e sua Política de Transações com Partes Relacionadas, em meio eletrônico e/ou físico.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – TRIBUTOS

13.1. Atribui-se à **CONTRATADA** a responsabilidade pelo pagamento de quaisquer tributos existentes à data da assinatura do Contrato, seja obrigação acessória ou principal e cuja incidência decorra, direta ou indiretamente, do negócio jurídico aqui formulado, bem como seguros e licenças exigidas pelo Poder Público.

13.2. A inadimplência da **CONTRATADA** com referência aos encargos mencionados no item anterior, não transfere à **CBTU** a responsabilidade pelo seu pagamento, nem poderá onerar o objeto deste Contrato ou restringir a regularização.

13.3. Em caso de alteração das alíquotas dos tributos ou instituição de novos a partir da data da apresentação da proposta que venham a incidir diretamente nos preços do objeto do Contrato, estes preços poderão ser alterados desde que comprovado por meio de documento hábil a ser apresentado pela **CONTRATADA** tão logo sejam oficialmente publicados.

13.4. O disposto no item anterior não se aplica se qualquer dos eventos acima resultar de mora imputável à **CONTRATADA**.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – EXONERAÇÃO DE RESPONSABILIDADES

14.1. As partes não são responsáveis pelo inadimplemento que resultar de casos fortuitos ou de força maior previsto no artigo 393 do Código Civil Brasileiro.

14.2. A parte cuja obrigação for impedida ou retardada por qualquer dos fatos ou atos acima mencionados, deverá, imediatamente, comunicar e provar a ocorrência, expondo as razões pelas quais está compelida a retardar a execução do pactuado.

14.3. Cessando o impedimento, aplica-se, se for o caso, o disposto nos itens 3.3 e 3.6 da Cláusula Terceira.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – GESTÃO E FISCALIZAÇÃO

15.1. Cada uma das partes designará gestor e fiscal, mediante troca de correspondência no prazo de 10 (dez) dias contados da assinatura do presente contrato, sendo suas deliberações suficientes para o cumprimento



das obrigações dos cronogramas físico e financeiro do contrato. Tais documentos serão havidos como parte integrante e complementar do presente contrato.

15.2. A fiscalização e a supervisão do Contrato ficarão a cargo da **CBTU**, que, entre outras atribuições que lhe são próprias, terá o encargo de acompanhar a execução do contrato e sua conformidade com as disposições contratuais, apontando os atrasos e fatos ocorridos durante a execução dos serviços passíveis de sanções.

15.2.1. As atividades de fiscalização deverão observar as regras estabelecidas neste contrato, no termo de referência e na proposta da **CONTRATADA**, bem como a legislação aplicável e as normas internas específicas da **CBTU**, em especial o RILC/CBTU ou outra que venha a substituí-la.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - SUBCONTRATAÇÃO

16.1. A **CONTRATADA**, desde que autorizada prévia, formal e expressamente pela **CBTU**, poderá subcontratar partes do objeto contratual, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento).

16.2. A subcontratada deverá atender, em relação ao objeto da subcontratação, as mesmas exigências de habilitação, em especial as de qualificação técnica, exigidas da **CONTRATADA** no certame licitatório.

16.3. A subcontratação sem a autorização da **CBTU** a que se refere o item 16.1 desta Cláusula ou em desacordo com o estabelecido no art. 78, § 2º, da Lei 13.303/2016 e no art. 224, § 2º, do RILC/CBTU, caracteriza-se como inadimplemento contratual, ensejando à **CONTRATADA** as sanções previstas neste contrato.

16.4. A **CONTRATADA** é responsável por quaisquer atos e/ou omissões praticados pela subcontratada, em decorrência da execução do objeto deste contrato.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – SIGILO

17.1. A **CONTRATADA** se compromete a manter sigilo relativamente aos dados, materiais, documentos e informações de natureza sigilosa que venha a ter acesso em decorrência da execução deste contrato, responsabilizando-se pela orientação de seus empregados acerca desta Cláusula e respondendo, em caso de descumprimento da mesma, na forma da Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011 e demais normas aplicáveis.

17.2 A **CONTRATADA** se obriga por si e por seus empregados, prepostos e/ou colaboradores a manter a confidencialidade e sigilo relativo a qualquer informação obtida em razão do presente contrato. A **CONTRATADA** reconhece que tanto este contrato como todos os documentos, dados e informações dele decorrentes constituem dados e elementos confidenciais reservados, que só poderão ser revelados a terceiros



com o prévio consentimento por escrito da **CONTRATANTE** ou em consequência de imposição legal. A obrigação de sigilo perdurará na vigência do Contrato e 5 (cinco) anos após o seu término. A **CONTRATADA** assume também total responsabilidade por quebra de sigilo realizada por seu empregado, preposto e/ou colaborador.

17.3 A **CONTRATADA** obriga-se a cientificar expressamente seus empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados sobre o caráter sigiloso das informações, tomando todas as medidas necessárias para que as mesmas sejam divulgadas tão somente aos empregados, prepostos, contratados e/ou terceiros a ela relacionados que necessitam ter acesso a elas, para propósitos deste Contrato.

17.4 A não-observância de quaisquer das disposições de confidencialidade estabelecidas neste instrumento, sujeitará à **CONTRATADA**, como também ao agente causador ou facilitador, por ação ou omissão de qualquer daqueles relacionados deste contrato, ao pagamento, ou recomposição, de todas as perdas e danos, bem como as de responsabilidade civil e criminal respectivas, bem a como a multa contratual de até 10% (dez por cento) do valor inicial do contrato.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – CESSÃO DO CONTRATO

18.1. Fica vedado à **CONTRATADA** transferir ou ceder, a qualquer título, os direitos e obrigações assumidos nesse contrato, bem como caucioná-lo ou utilizá-lo para qualquer operação financeira.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – ALTERAÇÃO CONTRATUAL

19.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 81, da Lei nº 13.303/2016.

19.1.1. As alterações contratuais serão formalizadas através de Termo Aditivo.

19.2. A celebração de aditamentos contratuais deverá ser precedida de acordo entre as partes e atenderá às regras dispostas nos artigos 232 e 234, do RILC/CBTU.

19.3. Nenhum acréscimo poderá exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato, facultada a supressão acima deste limite, observada, em ambos os casos, a necessidade de acordo prévio entre as partes.

20. CLÁUSULA VIGÉSIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1. São situações ensejadoras da aplicação de sanções à **CONTRATADA**, o atraso injustificado na execução deste contrato (mora) e/ou a sua inexecução total ou parcial.

20.2. O atraso injustificado na execução deste contrato sujeita a **CONTRATADA** à multa de mora, nos termos do art. 82, da Lei nº 13.303/2016.



20.2.1. A multa moratória será de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre a parcela inadimplida, até o limite de 10% (dez por cento).

20.2.2. A multa a que alude este item não impede que a **CBTU** rescinda e/ou aplique as outras sanções previstas neste contrato.

20.3. A inexecução total ou parcial deste contrato sujeita a **CONTRATADA** às seguintes sanções, desde que observado o devido processo administrativo sancionador, garantidos o contraditório e a ampla defesa:

20.3.1. Advertência;

20.3.2. Multa, limitada a 10% (dez por cento) sobre o valor do saldo remanescente do contrato, no caso de sua inexecução parcial;

20.3.3. Multa, limitada a 30% (trinta por cento) sobre o valor do contrato, no caso de sua inexecução total; e

20.3.4. Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com toda a **CBTU**, incluindo a Administração Central e as Superintendências de Trens Urbanos, por prazo não superior a 2 (dois) anos.

20.4. A multa aplicada será compensada com eventuais créditos em favor da **CONTRATADA** decorrentes da execução deste Contrato, observadas as disposições dos artigos 368 e seguintes do Código Civil de 2002.

20.5. Caso não seja possível a utilização da regra prevista no item anterior, a multa será executada na seguinte ordem:

20.5.1. Mediante cobrança administrativa, através do envio, pelo gestor do contrato, de Guia de Recolhimento da União – GRU, à **CONTRATADA**, para pagamento no prazo definido pela autoridade competente;

20.5.2. Mediante desconto da garantia de execução, caso prevista;

20.5.3. Mediante descontos dos pagamentos eventualmente devidos pela CBTU, caso a multa seja de valor superior ao valor da garantia prestada, sem prejuízo da perda desta; ou

20.5.4. Mediante processo de execução, valendo o presente contrato como título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III, do Novo Código Processual Civil.

20.6. A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a **CBTU** poderá ser aplicada à **CONTRATADA** nas hipóteses previstas pelo art. 245, do RILC/CBTU.



20.7. As sanções previstas nesta Cláusula poderão também ser aplicadas às empresas ou aos profissionais que, em razão deste contrato:

20.7.1. Tenham sofrido condenação definitiva por praticarem, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

20.7.2. Tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação; ou

20.7.3. Demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a **CBTU**, em virtude de atos ilícitos praticados.

20.8. O processo administrativo sancionador observará o disposto nos artigos 247 e 248, do RILC/CBTU.

20.9. Aplicam-se a este contrato as normas de direito penal previstas no Capítulo II-B do Título XI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal).

21. CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – EXTINÇÃO E RESCISÃO

21.1. Este contrato será extinto:

21.1.1. Pela completa execução do seu objeto ou pelo advento de termo ou condição nele prevista;

21.1.2. Pelo término do seu prazo de vigência;

21.1.3. Pela sua rescisão.

21.2. A rescisão deste contrato poderá ser:

21.2.1. Por ato unilateral de qualquer das partes, precedido de comunicação escrita e fundamentada da parte interessada a ser enviada a outra parte com antecedência mínima de 30 (trinta) dias;

21.2.2. Amigável, por acordo entre as partes reduzida a termo de distrato, desde que haja conveniência para a **CBTU**;

21.2.3. Pela via judicial, nos termos da legislação vigente sobre a matéria.

21.3. Constituem motivos para a rescisão deste contrato as hipóteses previstas no art. 240, do RILC/CBTU.

21.4. Quando a rescisão deste contrato ocorrer sem que haja culpa da outra parte contratante, será esta ressarcida dos prejuízos que houver sofrido, desde que regularmente comprovados.

21.5. A rescisão deste contrato será devidamente publicada no Diário Oficial da União.



22. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – RECURSO ADMINISTRATIVO

22.1. Das penalidades aplicadas em decorrência deste contrato caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data da intimação ou da ciência do ato.

22.1.1. A fase recursal obedecerá ao disposto nos capítulos III e IV, do Título IV, do RILC/CBTU.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

23.1. Fica estabelecido que quaisquer avisos e/ou comunicações entre as partes serão efetuados por escrito e dirigidos para os seguintes endereços:

23.1.1. COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU;

23.1.1.1. Edifício Confederação Nacional do Comércio - CNC, 9º ao 13º andar. Setor Bancário Norte Q1, Asa Norte, Brasília-DF. CEP 70041-902.

23.1.1.2. Correio Eletrônico: gecin@cbtu.gov.br

23.1.2. Empresa: RAITAI CENTRO OESTE PROD. FOTOG. LTDA

23.1.2.1. Endereço: QNA 02 Lote 10 / Taguatinga Norte-DF.

23.1.2.2. Correio Eletrônico: vendas@raitai.com.br

23.1.2.3. Telefone: (61) 3264-1692

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – ANEXOS

24.1. Integram este contrato, independentemente de transcrição, os seguintes documentos:

24.1.1. ANEXO I – Termo de Referência;

24.1.2. ANEXO II – Proposta de Preços, datada em 30/07/2025 e revalidada em 23/09/2025.

24.1.3. O Regulamento Interno de Licitações, Contratações Diretas, Contratos e Convênios, da CBTU – RILC/CBTU, disponível em: https://www.cbtu.gov.br/images/licitacoes/rilc_cbtu_2020.pdf.

24.2. Em caso de divergência entre as disposições do presente Contrato e as dos documentos referidos nesta Cláusula prevalecerão a do Termo de Referência.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – CASOS OMISSOS

25.1. Os casos omissos que porventura surgirem quando da execução do objeto contratual ou da interpretação das Cláusulas deste contrato serão decididos pela **CBTU**, segundo as disposições contidas na Lei nº 13.303/2016 e no RILC/CBTU, bem como dos preceitos de direito privado.



26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – PROTEÇÃO DE DADOS

26.1 As partes se comprometem a proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural, relativos ao tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, nos termos da Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

26.2 O tratamento de dados pessoais dar-se-á de acordo com as bases legais previstas nas hipóteses dos artigos 7º, 11 e/ou 14 da Lei 13.709/2018 às quais se submeterão os serviços, e para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular.

26.3 A **CONTRATADA** obriga-se ao dever de proteção, confidencialidade, sigilo de toda informação, dados pessoais e base de dados a que tiver acesso, nos termos da LGPD, suas alterações e regulamentações posteriores, durante o cumprimento do objeto descrito no instrumento contratual.

26.4 A **CONTRATADA** não poderá se utilizar de informação, dados pessoais ou base de dados a que tenham acesso, para fins distintos da execução dos serviços especificados no instrumento contratual.

26.5 Em caso de necessidade de coleta de dados pessoais dos titulares mediante consentimento, indispensáveis à própria prestação do serviço, esta será realizada após prévia aprovação da CBTU, responsabilizando-se a **CONTRATADA** pela obtenção e gestão.

26.6 A **CONTRATADA** obriga-se a implementar medidas técnicas e administrativas aptas a promover a segurança, a proteção, a confidencialidade e o sigilo de toda informação, dados pessoais e/ou base de dados que tenha acesso, a fim de evitar acessos não autorizados, acidentes, vazamentos acidentais ou ilícitos que causem destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer outra forma de tratamento inadequado ou ilícito; tudo isso de forma a reduzir o risco ao qual o objeto do contrato ou a **CBTU** está exposto.

26.7 A **CONTRATADA** ficará obrigada a assumir total responsabilidade pelos danos patrimoniais, morais, individuais ou coletivos que venham a ser causados em razão do descumprimento de suas obrigações legais no processo de tratamento dos dados compartilhados pela **CBTU** e será aplicado as sanções administrativas disposto na Lei Geral de Proteção de Dados - LGPD (Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018).

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA – DIREITOS PATRIMONIAIS E AUTORAIS



27.1. Os direitos patrimoniais e autorais de projetos ou serviços técnicos especializados desenvolvidos por profissionais autônomos ou por empresas contratadas decorrentes da execução deste contrato passam a ser propriedade da **CBTU**, sem prejuízo da preservação da identificação dos respectivos autores e da responsabilidade técnica a eles atribuída.

27.1.1. A **CONTRATADA** fica proibida de comercializar os produtos gerados, relativos à prestação dos serviços de que trata o objeto deste Contrato.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – MATRIZ DE RISCOS E RESPONSABILIDADES (NÃO APLICÁVEL)

28.1 A MATRIZ DE RISCOS é a cláusula contratual definidora dos riscos e das responsabilidades entre a **CBTU** e a **CONTRATADA** e caracterizadora do equilíbrio econômico financeiro na execução do Contrato, em termos de ônus financeiros decorrentes de eventos supervenientes à contratação.

28.2. A **CONTRATADA** é integral e exclusivamente responsável por todos os riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste, conforme hipóteses não-exaustivas elencadas na MATRIZ DE RISCOS – Anexo .. do Termo de Referência.

28.3 A **CONTRATADA** não é responsável pelos riscos e responsabilidades relacionados ao objeto do ajuste quando estes competirem à **CONTRATANTE**.

28.4 A **CONTRATADA** somente poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de suas responsabilidades previstas na Matriz de Riscos, Anexo .., do Termo de Referência.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA: DA SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL (NÃO APLICÁVEL)

29.1. Compete à **CONTRATADA**, no que couber, atender os critérios de sustentabilidade ambiental previstos no art. 22 do RILC/CBTU.

29.2. A **CONTRATADA** se responsabiliza administrativamente, civilmente e penalmente por qualquer dano causado pelo seu produto ao meio ambiente, podendo responder, inclusive, perante a **CBTU**, pelos eventuais prejuízos causados à Companhia.

29.3 A **CONTRATADA** somente poderá solicitar o reequilíbrio econômico-financeiro nas hipóteses excluídas de suas responsabilidades previstas na Matriz de Riscos, Anexo

CLÁUSULA TRIGÉSIMA: PUBLICAÇÃO

30.1. Incumbirá à **CBTU** providenciar a publicação do extrato deste Contrato no Diário Oficial da União, até o último dia útil do mês subsequente ao de sua celebração.



301.1. No mesmo prazo estipulado no item será disponibilizada a integralidade deste contrato no sítio eletrônico da **CBTU** na internet.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA- DISPOSIÇÕES GERAIS

31.1 Fica desde já convencionado que terão pleno vigor e produzirão seus devidos e legais direitos, todos os documentos e correspondências trocadas entre as partes, na vigência do presente Contrato, desde que devidamente assinados e rubricados pelos representantes legais das empresas, munidos legalmente de poderes para a representação, ressalvando que tais documentos não implicarão necessariamente a modificação do presente Instrumento, a qual só se efetivará mediante celebração de aditivo, rerratificação ou anexos.

31.2 Este contrato obriga as partes e seus sucessores a qualquer título, constituindo-se em título executivo extrajudicial, nos termos do artigo 784, inciso III do Código do Processo Civil.

31.3 Todas as comunicações e notificações relativas ao contrato serão efetuadas por escrito e consideradas entregues desde que comprovadamente recebidas pelo destinatário ou seu representante legal, não importando o meio utilizado, ou ainda, aquelas efetivamente entregues aquelas enviadas aos endereços constantes do preâmbulo deste contrato.

31.4 Na execução do presente Contrato é vedado à **CBTU** e à **CONTRATADA** e/ou a empregado seu, e/ou a preposto seu, e/ou a gestor seu:

- a) prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público ou a quem quer que seja, ou a terceira pessoa a ele relacionada;
- b) criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
- c) obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
- d) manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;
- e) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei nº 12.846/2013 alterada, do Decreto nº 11.129/2022 alterado, do U.S. Foreign Corrupt Practices Act de 1977 alterado ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis (“Leis Anticorrupção”), ainda que não relacionadas com o presente contrato.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – FORO



32.1. As partes contratantes elegem o foro da Seção Judiciária do Distrito Federal – Justiça Federal, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir qualquer questão oriunda deste Contrato.

As Partes declaram ciência e expressam concordância que o presente instrumento poderá ser assinado por meio digital, eletrônico ou manuscrito, ou ainda de maneira mista, podendo, neste último caso, ser utilizada duas formas de assinaturas diferentes a critério das Partes, sendo que as declarações constantes deste Contrato, assinado por quaisquer dos meios acima elegidos, inclusive a forma mista, presumir-se-ão verdadeiros em relação às Partes contratantes, nos termos dispostos nos artigos 219 e 225 da Lei nº 10.406/02 (Código Civil Brasileiro), bem como ao exposto na Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, no que for aplicável.

Assim, por estarem justas e contratadas, firmam o presente, por si, seus herdeiros e ou sucessores, na presença das testemunhas abaixo.

Brasília, 14 de Outubro de 2025

COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS – CBTU

-Contratante –

Assinado digitalmente por JOSE MARQUES DE LIMA
ID: C=BR, O=CBTU, CN=JOSE MARQUES DE LIMA
RFB e CFP A3, C=EM BRANCOS, CN=JOSE MARQUES DE LIMA
Data: 2025.10.14 15:10:18-0300
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.9

José Marques de Lima
- Diretor-Presidente -

Assinado digitalmente por EDUARDO OLIVEIRA
ID: C=BR, O=CBTU, CN=EDUARDO OLIVEIRA
RFB e CFP A3, C=EM BRANCOS, CN=EDUARDO OLIVEIRA
Data: 2025.10.14 15:10:18-0300
Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.9

Eduardo Oliveira Coimbra
- Diretor de Planejamento e Relações Institucionais -

RAITAI CENTRO OESTE PROD. FOTOG. LTDA

- Contratada -

Documento assinado digitalmente
gov.br EDNALDO PEREIRA DE SOUZA
Data: 13/10/2025 17:11:46-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Ednaldo Pereira de Souza

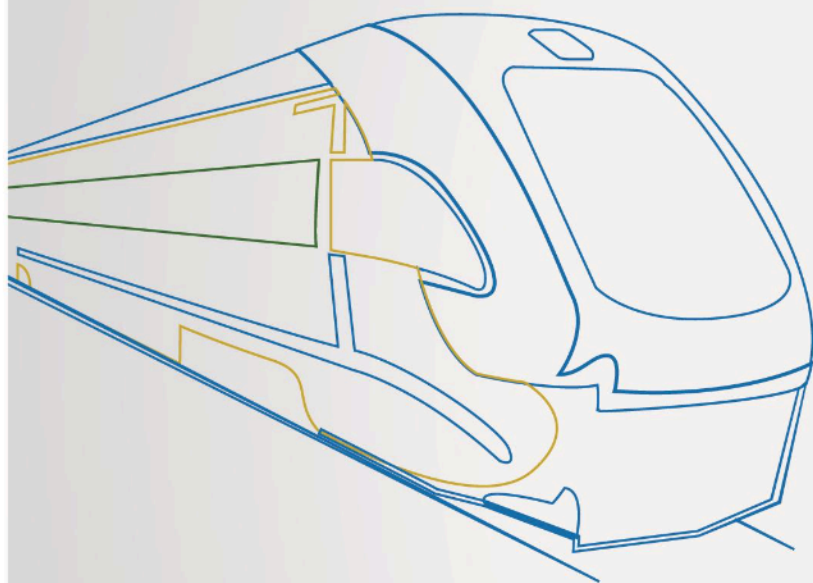
- Administrador -

Testemunhas:

Documento assinado digitalmente
gov.br NOELE CARVALHO DA SILVA
Data: 14/10/2025 09:22:47-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

CPF:

TERMO DE REFERÊNCIA



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO I



CBTU

Companhia Brasileira de Trens Urbanos

Administração Central

TERMO DE REFERÊNCIA

**Aquisição de equipamento fotográfico e acessórios para
gerência técnica de Comunicação Institucional da CBTU.**

1. DO OBJETIVO

- 1.1. Esta contratação tem por objetivo aquisição de equipamento de comunicação áudio visual como câmeras fotográficas e acessórios para atender as necessidades gerência técnica de Comunicação Institucional (GECIN) da Administração Central da Companhia Brasileira de Trens Urbanos.

2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1. Atualmente, as notícias são divulgadas com rapidez. As redes sociais e os telefones celulares, com maior conexão à internet e câmeras que fazem fotografias e gravam vídeos em alta qualidade, imprimem velocidade na divulgação dos eventos. Nesta sociedade acelerada, as empresas que não estão devidamente preparadas, tanto em relação a instrumentos de trabalho, quanto à capital humano, acabam sendo desfavorecidas pela opinião pública. Não basta estar presente nas redes sociais, é preciso ser ativo, atento ao que está em alta e produzir conteúdo de qualidade para conquistar não apenas seu público atual, mas o que objetiva alcançar.
- 2.2. É fato que imagens de qualidade, sejam elas em vídeo ou estáticas, complementam ou aprimoram a informação e reforçam, de maneira positiva, a presença da Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) junto a sociedade. A imagem tem o poder de traduzir e representar a mensagem que se quer divulgar. Neste contexto, a fotografia e vídeo, na maioria das vezes, têm mais peso do que o texto na atual era da informatização, na qual o grande público lê menos e requer mais velocidade no consumo de dados. Importante destacar, portanto, que a qualidade do equipamento tem grande relevância na produção e divulgação de informações.
- 2.3. Na CBTU, diversos setores utilizam os bancos de imagens da gerência técnica – Comunicação Institucional (GECIN), na Administração Central; da gerência operacional de Comunicação e Marketing (GOMAK), em Recife; e das coordenações operacionais de Comunicação e Marketing (COMAK) em Maceió, Natal e João Pessoa, para produção de conteúdo e para divulgação de ações, cursos, notícias, exposições, entre outras. A Companhia, através dos setores de comunicação, precisa alimentar constantemente e com qualidade os seus bancos, tanto para divulgar fatos positivos e relevantes nas redes

sociais, essencial para manutenção de uma boa imagem pública; quanto para suprir a necessidade de divulgação para outros veículos e mídias, como imprensa, agências publicitárias e setores de comunicação de órgãos estatais, como o Ministério das Cidades e Presidência da República.

2.4. Conforme Manual de Organização da CBTU, competem à GECIN as seguintes atividades, dentre outras:

ATRIBUIÇÕES DA GECIN:

- I. Planejar e coordenar o desenvolvimento das atividades de comunicação institucional interna e externa na CBTU, bem como exercer outras atividades que lhe forem atribuídas;***
- II. Desenvolver, implementar e acompanhar o plano de comunicação da Companhia;*
- III. Definir as diretrizes para o uso de imagem da Companhia;*
- IV. Definir a identidade visual das produções gráficas da CBTU;*
- V. Desenvolver campanhas, eventos, iniciativas, mobilizações, celebrações e atividades de endomarketing;*
- VI. Criar e desenvolver produtos de comunicação internos e externos e identificar alternativas de veiculação;***
- VII. Realizar ações de assessoria de imprensa, como a produção de releases, atendimentos a jornalistas, atualização de clipping, manutenção de mailing, realização de media training e elaboração de artigos para veiculação nos meios de comunicação;*
- VIII. Gerir o conteúdo informativo disponibilizado na intranet corporativa e no website institucional, entre outras mídias e canais de divulgação da CBTU;*
- IX. Apoiar ações de responsabilidade social com a criação de cartazes, de layouts específicos, produção e divulgação de informativos entre outras;*
- X. Gerir, fiscalizar e operacionalizar os serviços de publicação de matéria legal da Companhia;*
- XI. Selecionar, revisar e escrever matérias jornalísticas para jornais, revistas, televisão, rádio, internet, assessorias de imprensa ou quaisquer outros meios de comunicação;*
- XII. Participar de eventos de interesse da Companhia para divulgação de trabalho e fortalecimento da marca institucional;*
- XIII. Gerir a presença da Companhia nas redes sociais;***

- XIV. *Prestar suporte às áreas de comunicação das Superintendências de Trens Urbanos acerca do uso da marca institucional, questionamentos técnicos, atuação nas redes sociais, publicações no website institucional, entre outros assuntos;*
- XV. *Exercer as atribuições comuns descritas neste Manual.*

2.5. Considerando as atribuições dos setores de comunicação da CBTU, bem como as características da comunicação empresarial atual, na qual as imagens e vídeos são tanto ou mais importantes que os textos; faz-se essencial a aquisição de equipamento fotográfico de qualidade para garantir a eficácia das atividades desenvolvidas. O equipamento fotográfico é uma ferramenta imprescindível para a produção de conteúdo visual de alta qualidade, o que é fundamental para o cumprimento das atividades do setor, conforme descritas a seguir:

- 2.5.1. Produção de Conteúdo Visual: A fotografia e vídeos são uma forma poderosa de comunicação, capaz de transmitir mensagens de forma rápida e impactante. O equipamento fotográfico permitirá ao setor produzir imagens de alta qualidade para campanhas, eventos, materiais gráficos e redes sociais, contribuindo para fortalecer a identidade visual da CBTU;
- 2.5.2. Assessoria de Imprensa: A produção de fotografias e vídeos de qualidade é essencial para a divulgação de releases, ações e eventos da Companhia. Com um equipamento fotográfico adequado, o setor poderá atender às demandas da imprensa de forma mais eficiente e profissional;
- 2.5.3. Gestão de Redes Sociais: As redes sociais são um importante canal de comunicação com o público. A qualidade das imagens publicadas influencia diretamente a percepção dos usuários sobre a Companhia. Com um equipamento fotográfico de qualidade, o setor poderá produzir conteúdo visual atrativo e impactante para as redes sociais da CBTU;
- 2.5.4. Documentação de Eventos e Atividades: O equipamento fotográfico possibilitará a documentação de eventos, atividades e iniciativas da Companhia, contribuindo para o registro histórico e memória institucional da CBTU.

2.6. Por fim, a produção de conteúdos fotográficos e de vídeos contribui para o acesso à informação, dando transparência e prestação de contas à sociedade, com a devida divulgação de entregas, benfeitorias, ou seja, demonstrando como os recursos da população têm sido aplicados.

2.7. Diante do exposto, a aquisição de equipamento fotográfico se mostra fundamental para o desenvolvimento das atividades dos setores de comunicação, possibilitando a produção de conteúdo visual de alta qualidade e contribuindo para o fortalecimento da imagem institucional da CBTU.

2.8. Destaca-se que, há pelo menos 15 anos, a gerência técnica de Comunicação Institucional (GECIN) não investe em equipamento profissional de fotografia. Neste sentido, não há contratação anterior ou série histórica para ser utilizada como parâmetro neste processo.

3. DA DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS A SEREM ADQUIRIDOS

Item	Descrição	Quantidade
1	<p>Câmera digital profissional Canon EOS R6 Mark II (ou equivalente em características técnicas mínimas)</p> <p>Características técnicas mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Sensor CMOS full-frame (35mm), com no mínimo 24 megapixels de resolução efetiva.• Faixa de sensibilidade de ISO 100 até, no mínimo, 102.400 (expansível até 204.800).• Estabilização de imagem interna (IBIS) com compensação de até 8 stops.• Gravação em 4K 60 fps (oversampling de 6K) e Full HD até 180 fps.• Sistema Dual Pixel CMOS AF II com detecção de olhos, rostos, animais e veículos.• Mínimo de 40 fps com obturador eletrônico e 12 fps com obturador mecânico.• Dois slots para cartão SD, compatíveis com UHS-II.	01
2	<p>Câmera digital Canon EOS R7 (ou equivalente com as mesmas especificações mínimas).</p> <p>Características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none">• Câmera digital tipo mirrorless• CMOS APS-C com resolução mínima de 32,5 megapixels.• Faixa de sensibilidade ISO de 100 a 32.000 (expansível até 51.200).• Estabilização de imagem no corpo (IBIS) com	01

Item	Descrição	Quantidade
	compensação de até 7 stops. <ul style="list-style-type: none">• Dois slots para cartões SD (compatíveis com UHS-II).	
3	Adaptador para lentes DSLR compatível com os itens 1 e 2.	02
4	Lente com distância focal 70 a 200 mm com abertura diafragma continua 2.8 compatível com item 3.	01
5	Lente com distância focal 24 a 105mm com abertura diafragma continua 4 compatível com item 3.	01
6	Flash speedlite compatível com sapata multifunção do item 1	01
7	Tripé Profissional Vídeo Com Cabeça Hidráulica capacidade de 6kg, compatível com os itens 1 e 2.	01
8	Cartão de memória SD 128gb v60 UHS-II	02
9	Iluminador led continuo bicolor Temperatura 2800-6800K	01
10	Sistema de microfones duplo com conectividade para câmeras profissionais e smartphones	01
11	Bateria recarregável compatível com os itens 1 e 2	02
12	Tripé de iluminação de Alumínio altura de 2 metros	02

4. DA FORMAÇÃO DE LOTES

4.1. Todos os materiais a serem adquiridos devem ser entregues no mesmo lote.

5. DA FORMAÇÃO DE GRUPOS

5.1. Não será necessária formação de grupos, pois não haverá formação de lotes.

6. DAS CONDIÇÕES GERAIS

6.1. Os equipamentos fotográficos e acessórios deverão ser novos e de primeiro uso e entregues à gerência técnica – Comunicação Institucional da CBTU em perfeito estado de funcionamento e sem amassados, arranhões ou outras avarias.

6.2. O prazo máximo para entrega será de 20 (vinte) dias corridos e contados a partir da data de assinatura do contrato.

- 6.3. As câmeras, bem como as lentes e demais acessórios, à exceção dos cartões de memória, deverão vir acompanhados, de documentação completa e atualizada (manuais de instruções e/ou termos de garantia).

7. DA GARANTIA TÉCNICA E DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

7.1. GARANTIA TÉCNICA DO FORNECIMENTO

- 7.1.1. Deverão ser informados todos os componentes relevantes aos produtos ofertados com seus respectivos códigos do fabricante (marca, modelo, fabricante), descrição e quantidades, permitindo assim a identificação clara e objetiva destes.
- 7.1.2. O prazo de garantia técnica deverá ser igual ou superior a 12 (doze) meses contados do recebimento definitivo.
- 7.1.3. O prazo de atendimento, na vigência da garantia técnica, será de até 10 (dez) dias corridos, contados do recebimento do chamado, caso seja diagnosticado defeito/falha em algum dos componentes dessa contratação.
- 7.1.4. A ação corretiva exigida é aquela destinada a sanar os defeitos apresentados pelo serviço fornecidos e instalados, compreendendo a substituição se for necessário.

7.2. GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

- 7.2.1. Não será exigida a garantia de execução.

8. DA ENTREGA

- 8.1. O prazo máximo para entrega será de 20 (vinte) dias corridos e contados a partir da data de assinatura do contrato.
- 8.2. Os equipamentos devem ser entregues no endereço a seguir: Companhia Brasileira de Trens Urbanos, localizada na SBN Quadra 01 Edifício CNC, BL B 9º ao 13º andar - Asa Norte, Brasília - DF, 70041-902.
- 8.3. As entregas deverão ser realizadas de segunda-feira a sexta-feira, de 9 às 18 horas. Em caso de necessidade de entrega destes equipamentos fora do horário informado, este deverá ser comunicado à Contratante e executado em comum acordo entre as partes.

- 8.4. As despesas com transporte, fretes, bem como qualquer outro relaciona à entrega do produto é de total responsabilidade da Contratada.
- 8.5. A entrega deverá conter a quantidade total solicitada no contrato, não sendo permitidas entregas parceladas, salvo se autorizado pela Contratante, sob pena de devolução dos materiais e equipamentos entregues incompletos, bem como aplicação das penalidades previstas no termo contratual.

9. DO RECEBIMENTO

- 9.1. Provisório: Deverá iniciar no momento da entrega e consistirá na mera contagem física, verificação da quantidade requisitada apresentada na nota fiscal. Esta verificação deverá estar concluída em até 5 (cinco) dias úteis.
- 9.2. Definitivo: Ocorrerá em, no máximo até 10 (dez) dias úteis após o Recebimento Provisório, pelos fiscais e gestores do contrato e, constará de:
- 9.2.1. Verificação da conformidade com a quantidade requisitada e se a especificação atende plenamente aos requisitos, de forma aderente aos termos contratuais.
- 9.3. O Recebimento Definitivo dar-se-á mediante termo de recebimento definitivo ou recibo e posterior certificação na Nota Fiscal, autorizando assim o pagamento.
- 9.4. Se durante o recebimento definitivo, for constatado que os produtos foram entregues de forma incompleta, com qualidade e quantidade inferior à contratada, apresentando defeitos ou em desacordo com as especificações da aquisição, a Contratada se obriga a substituir os bens em desacordo ou entregar os bens remanescentes às suas expensas, após a notificação da Contratada, sendo interrompido o prazo de recebimento definitivo até que seja sanada a situação.
- 9.5. A Contratada deverá reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, os materiais que forem rejeitados, parcial ou totalmente, por apresentarem vícios, defeitos ou incorreções, no prazo de máximo de 5 (cinco) dias.
- 9.6. Só será reconhecida a entrega como realizada se os quantitativos dos itens da nota fiscal forem aceitos. Se algum produto constante da mesma for recusado, a nota ficará

esperando regularização e a data de entrega será a data do “fechamento do empenho” com a entrega de todos os itens conforme solicitado.

9.7. Na hipótese de a verificação a que se refere o recebimento definitivo não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada.

9.8. A fiscalização por parte da CBTU e o recebimento provisório ou definitivo, não excluem a responsabilidade civil da Contratada pela correção e/ou substituição do objeto contratual, bem como, pelos danos prejuízos a Companhia ou a terceiros decorrentes de defeitos de fabricação/desconformidades com as normas técnicas exigíveis, nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

9.9. A assinatura do conhecimento da empresa transportadora não implica/atesta o recebimento definitivo do objeto ou que a mesma esteja em conformidade com a Nota de Empenho.

10. DA SUBCONTRATAÇÃO E CONSÓRCIOS

10.1 Não será permitido consórcio, subcontratação, participação de cooperativas, cessão ou transferência total ou parcial do objeto do contrato.

11 DA COMPROVAÇÃO DA CAPACIDADE TÉCNICA

11.1 Não se faz necessária apresentação de atestado de capacidade técnica.

12 DO CRITÉRIO DE ACEITABILIDADE

12.1 Menor preço global.

13 CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE

13.1 Sem impacto ambiental determinável.

14 OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

14.1 Entregar o objeto do contrato conforme especificado e dentro do prazo de entrega estabelecido.

- 14.2 Prestar garantia e suporte técnico conforme estabelecido neste Termo.
- 14.3 Cumprir fielmente as disposições previstas na legislação vigente, no instrumento contratual celebrado e nos normativos da CBTU, atuando em consonância com os princípios da probidade e da boa-fé.
- 14.4 Comunicar a imposição, a si, seus sócios e administradores, de penalidade que acarrete o impedimento de contratar com a CBTU.

15 OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

- 15.1 Proporcionar todas as facilidades indispensáveis à boa execução das obrigações contratuais, inclusive permitir o acesso dos funcionários da CONTRATADA, devidamente identificados, às dependências da CONTRATANTE.
- 15.2 Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente aos serviços prestados, no prazo e forma estabelecidos neste Termo de Referência, inclusive devendo ser feita a conclusão do evento e o devido atesto da Nota Fiscal/Fatura.

16 DO PAGAMENTO

- 16.1 Para efeitos de pagamento, a empresa contratada deverá apresentar documento de cobrança, constando, de forma discriminada, a efetiva realização DO OBJETO contratado, informando o nome e número do banco, a agência e o número da conta corrente em que o crédito deverá ser efetuado.
- 16.2 Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa vencedora:
 - 16.2.1 Em meio físico, no Protocolo da Administração Central, a saber: SBN – Quadra 1 – Bloco B – Lote 14, Edifício CNC – 9º andar, Asa Norte – Brasília/DF, CEP 70.041-902, de segunda a sexta-feira, das 09h às 12h e das 14h às 17h, em dias úteis.
 - 16.2.2 Em meio digital, no endereço eletrônico: gecin@cbtu.gov.br.
- 16.3 Caso o objeto contratado seja faturado em desacordo com as disposições previstas no Instrumento Convocatório e neste Termo de Referência ou sem a observância das formalidades legais pertinentes, a CONTRATADA deverá emitir e apresentar novo documento de cobrança, não configurando atraso no pagamento.

16.4 Após o atesto do documento de cobrança, que deverá ocorrer no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, contado do recebimento do documento de cobrança no protocolo/endereço eletrônico da CBTU, o gestor do contrato deverá encaminhá-lo para pagamento.

16.5 O pagamento de cada item do objeto supracitado no Item 1 deste Termo de Referência será efetuado mediante crédito em conta corrente até 30 (trinta) dias após a entrada do documento, caso o atesto do fiscal comprove que o documento de cobrança cumpre com a perfeita realização dos serviços e/ou fornecimentos, bem como a prévia verificação da regularidade fiscal e trabalhista da CONTRATADA.

17 DAS SANÇÕES

17.1 As sanções administrativas serão aplicadas em conformidade com as regras estabelecidas na Lei 13.303/16, e no Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos – CBTU e no Instrumento Contratual.

18 DOS PRAZOS

18.1 O prazo de vigência do contrato será de 60 (sessenta) dias, contados da data da sua assinatura.

18.2 O prazo de vigência poderá ser prorrogado nos termos da legislação vigente.

18.3 Nestes casos a CBTU atribuirá ao contrato a título de prorrogação, um acréscimo de prazo igual ao período da suspensão.

19 CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

CRONOGRAMA FÍSICO E FINANCEIRO 2025		
Descrição	Período	Pagamento
Entrega de Equipamentos fotográficos e acessórios	Mês 01	100%

19.1 Quanto à natureza de despesa, deverão ser consignados ao:

19.1.1 Plano Interno: A1DECI05

19.1.2 Natureza da Despesa: 44905233

19.1.3 Fonte: 2100

20 DO REGIME DE EXECUÇÃO

20.1 O regime de execução será de contratação por preço global, isto é, a contratação se formaliza por preço certo e total.

21 DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

21.1 Não será exigida a garantia de execução.

22 DA GESTÃO E DA FISCALIZAÇÃO

22.1 Nos termos do Art. 229 do RILC/CBTU, a responsabilidade pela gestão e fiscalização desta contratação ficará a cargo da gerência técnica - Comunicação Institucional (GECIN) por meio dos empregados designados.

22.2 As atribuições do gestor e do fiscal do contrato estão definidas no § 3º do RILC/CBTU, que trata do procedimento de contratação.

23 DA COMUNICAÇÃO ENTRE AS PARTES

23.1 Fica estabelecido que quaisquer avisos ou comunicações entre as partes contratantes serão efetuadas por escrito e dirigidas aos seguintes endereços:

23.1.1 Edifício Confederação Nacional do Comércio - CNC, 9º ao 13º andar. Setor Bancário Norte Q1, Asa Norte, Brasília-DF. CEP 70041-902.

23.1.2 E-mail: gecin@cbtu.gov.br.

23.2 Qualquer mudança ou alteração de endereço deverá ser comunicada imediatamente à outra parte.

24 DOS CASOS OMISSOS

24.1 A execução deste Contrato, bem como os casos omissos, regular-se-ão por estas cláusulas e pelos preceitos de direito público, aplicando-se-lhes, supletivamente, os princípios da teoria geral dos contratos e as disposições de direito privado, na forma da Lei nº 13.303/16, combinado com o instrumento contratual e o Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Companhia Brasileira de Trens Urbanos - CBTU.

25 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

25.1 A CONTRATADA responderá pelos danos eventuais que vier a causar em decorrência de descumprimento de quaisquer das condições previstas neste instrumento;

25.2 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução deste Contrato;

25.3 A CBTU poderá alterar este Contrato, unilateralmente, ou de comum acordo com a CONTRATADA, para melhor adequação às finalidades do interesse público;

25.4 A omissão de qualquer das partes quanto ao exercício de quaisquer direitos ou prerrogativas previstas neste Contrato será considerada mera tolerância, não acarretando nem significando renúncia ao exercício daqueles direitos, alteração ou novação do pactuado.

Documento assinado digitalmente
gov.br **KAMILA COSTA BARBOSA**
Data: 21/07/2025 14:55:59-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

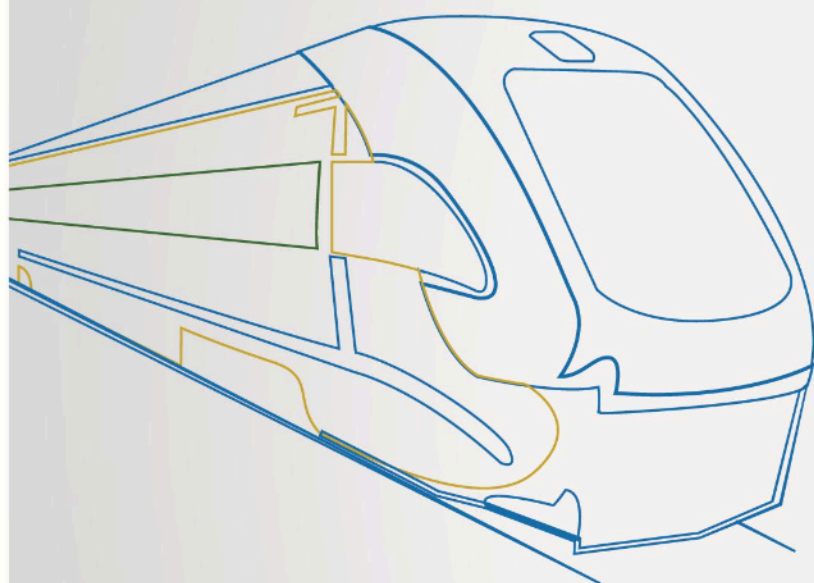
KAMILA COSTA BARBOSA

Gerente Técnica de Comunicação Institucional

GECIN/DP

Assinado digitalmente por JOSE MARQUES DE LIMA
 N.O: C=BR, O=ICP-Brasil, OU=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, OU=RFB-e-CPF 43, OU=(EMBRANÇO), OU=_____
 CN=JOSE MARQUES DE LIMA: _____
 Razão: _____
 Local: _____
 Data: 2025.09.02 11:12:57-03'00'
 Foxit PDF Reader Versão: 2025.2.0

PROPOSTA DE PREÇOS



CBTU - COMPANHIA BRASILEIRA DE TRENS URBANOS

ANEXO II

Raitai Centro Oeste Prod. Fotog. LTDA C.N.P.J.: 10.278.271/0001-67
Insc. Estadual: 07.508.380/001-00 End.: QNA 02 Lote 10 / Taguatinga Norte-DF
CEP: 72.110-020 Telefone: (61) 3264-1692

PROPOSTA COMERCIAL

CBTU-DF
A/c de Rodrigo Luiz Gambarine Lopes
rodrigo.gambarine@cbtu.gov.br

Qtd	Produto	Preço Unit.	Preço	cod
1	Câmera Canon EOS R6 Mark II Mirrorless Corpo	R\$ 19.250,00	R\$ 19.250,00	5666C003AA
1	Câmera Canon EOS R7 Mirrorless Corpo	R\$ 11.970,00	R\$ 11.970,00	5137C031AA
2	Adaptador Canon Mount EF-EOS R para Lentes Canon EF	R\$ 1.480,00	R\$ 2.960,00	2971C003AA
1	Lente Canon EF 70-200mm f/2.8L IS III USM	R\$ 14.870,00	R\$ 14.870,00	3044C003AA
1	Lente Canon EF 24-105MM F/ 4L IS II USM	R\$ 8.350,00	R\$ 8.350,00	735376
1	Flash a Bateria Godox V1 Para Canon	R\$ 2.650,00	R\$ 2.650,00	V1C
1	Tripe Profissional WF5316	R\$ 620,00	R\$ 620,00	29299
2	Cartão de Memória Lexar 64GB 280mb/s GOLD SDXC Classe 10 V 60	R\$ 290,00	R\$ 580,00	774570
1	Iluminador Led light 60W Com Softbox Parabolico 16 varetas com grid - GKT 600	R\$ 1.280,00	R\$ 1.280,00	GKT600G
1	Microfone Wireless Lark M2 Hollyland duo	R\$ 1.790,00	R\$ 1.790,00	12421D
2	Bateria Recarregável Canon LP-E6NH	R\$ 860,00	R\$ 1.720,00	4132C002AA
1	Tripé de Iluminação YS302 2.MTS Sem/ Bolsa	R\$ 135,00	R\$ 135,00	W807
	TOTAL		R\$ 66.175,00	

- Validade da Proposta: **60 dias.**
- Forma Pagamento: **Pix**
- Disponibilidade: **Até 15 dias**

Brasília-DF, 23 de Setembro de 2025
Yoham -vendas